

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

**CONVÊNIO Nº 791098/2013 QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL E A
SECRETARIA ESPECIAL DE
PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL DO DISTRITO FEDERAL.**

Processo nº: 00041.001699/2013-71

A **UNIÃO**, por intermédio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 06.064.438/0001-10, com sede em Brasília/DF, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada pelo Ministro de Estado Interino Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR, Sr. **GIOVANNI BENIGNO PIERRE DA CONCEIÇÃO HARVEY**, nomeado pelo Decreto nº 6.532 de 05 de agosto de 2008, CPF: 788.011.847-00, e a **SECRETARIA ESPECIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO DISTRITO FEDERAL**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.854.222/0001-01, com sede no Palácio do Buriti, 8º andar – CEP: 70.095-900, doravante denominada **CONVENENTE**, representada pelo Senhor Secretário **VIRIDIANO CUSTÓDIO DE BRITO**, resolvem celebrar o presente Convênio, **registrado no SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício de 2013, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, e alterações posteriores, consoante o processo administrativo nº 00041.001699/2013-71 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

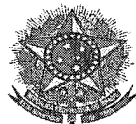
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio, referente Emenda Parlamentar 28260021 - Erika Kokay, Programa 2012620130010, tem por objeto **“Realização do Projeto Caravana da Juventude Negra, a se realizar em 12 Cidades administrativas do Distrito Federal: Estrutural, São Sebastião, Varjão, Paranoá, Itapoã, Recanto das Emas, Planaltina, Santa Maria, Riacho Fundo 2, Samambaia, Ceilândia e Gama”**, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência, propostos pelo **CONVENENTE** e aprovados pela **CONCEDENTE**, bem como toda documentação que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da **CONCEDENTE**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à apresentação tempestiva do(s) seguinte(s) documento(s) pelo CONVENIENTE e à respectiva aprovação pelo setor técnico da CONCEDENTE:

I. Termo de Referência, nos termos do art. 1º, § 2º, XXVI, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011; e

II. outra(s) condição(ões) porventura indicada(s) no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho;

Subcláusula Primeira. O termo de referência será apreciado pela CONCEDENTE e, se aprovado, ensejará a adequação do Plano de Trabalho;

Subcláusula Segunda. Constatados vícios sanáveis no termo de referência apresentado, a CONCEDENTE comunicará o CONVENIENTE, estabelecendo prazo para saneamento;

Subcláusula Terceira. Caso o termo de referência não seja entregue ou receba parecer contrário à sua aprovação, proceder-se-á à extinção do convênio, nos termos dos arts. 37, § 6º, e 43, XVIII, da Portaria Interministerial nº 507, de 2011;

Subcláusula Quarta. Na hipótese do inciso II do caput desta cláusula, aplica-se o art. 40 da Portaria Interministerial nº 507, de 2011, de forma que o CONVENIENTE terá prazo a ser definido para cumprimento da condição, e desde que feitas as adequações no Plano de Trabalho e apresentadas as justificativas, poderá o prazo inicialmente concedido ser prorrogado, nos termos de ato regulamentar da autoridade máxima da CONCEDENTE, por uma única vez, não ultrapassando 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

I - DA CONCEDENTE:

I.1 realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;

I.2 prorrogar “de ofício”, a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos, no prazo máximo ao exato período do atraso;

I.3 dar ciência da celebração do Instrumento à Câmara Distrital da Conveniente, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de até 10 (dez) dias, na forma do art. 48 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, e suas alterações;

I.4 transferir ao CONVENIENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;